



① País majoritariamente rural até a década de 1960, o Brasil passa por um intenso processo de industrialização e urbanização a partir dos anos de 1930 que tem os trabalhadores como importante personagem. Atenta-se principalmente para os operários, trabalhadores das indústrias, quando se pensa no período, em parte pelo destaque recebido por eles na legislação trabalhista posta em vigência no governo de Getúlio Vargas (1930-1945), em parte pelo papel social transformador atribuído a eles pelo pensamento marxista, matriz importante de parcelas da historiografia. Os camponeses, excluídos da legislação de Vargas, tinham menor importância nesse momento.

No entanto, conforme destaca o historiador Marcos Desemone, a legislação trabalhista produziu efeitos também no campo, com trabalhadores sentindo-se estimulados a confrontar grandes proprietários ao perceberem a violação de que passava a ser entendido como um conjunto de direitos. Há inclusive a construção de memórias a respeito desse período que associam Vargas à chegada de uma força libertadora, que se contrapõe ao poder dos latifundiários.

E, a partir da década de 1950, portanto em pleno processo de crescimento urbano e industrial do país, os trabalhadores rurais emergem como importantes atores políticos, por meio principalmente das ligas camponesas no Nordeste brasileiro. A pressão pela reforma agrária, especialmente durante o governo de João Goulart (1961-1964), e o vislumbre da guerrilha rural como caminho para a Revolução Socialista, em contexto já posterior à Revolução Cubana (1959), mobilizam as ligas e se tornam fator de temor das elites políticas e econômicas e das classes médias urbanas conservadoras. Essa é uma das matrizes do golpe civil-militar de 1964.

Não à toa, os camponeses politicamente radicalizados são um dos primeiros grupos duramente reprimidos pelo novo regime ditatorial. Ao mesmo tempo, no entanto, a ditadura dá continuidade a uma prática do governo de Goulart de incentivar a sindicalização rural, como meio de minar movimentos radicais no campo. Estende-se, então, para os trabalhadores rurais, a legislação trabalhista de Vargas, dotada de considerável capacidade de controlar os sindicatos e ela submetidos.

É nesse contexto de sindicalização controlada pelo alto e intensificação da industrialização e da urbanização que surge, na virada da década de 1970 para a de 1980, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), empunhando novamente a bandeira da reforma agrária, derrotada pelo golpe de 1964.

2) A noção de "Império Ultramarino", desenhada por uma nova historiografia do período colonial nas décadas de 1970 e 1980, é fundamental para reconfigurar o entendimento das relações entre Portugal e suas colônias na modernidade. Rompe-se com a pura dicotomia entre metrópole e colônias, com a primeira visando simplesmente explorar ao máximo as últimas, e passa-se a uma compreensão mais sofisticada da dessa relação, preocupando-se também com as acomodações e continuidades entre a sede do reino português e o além-mar.

A memória como o tráfico de escravos de partes do continente africano conforma relações nas diferentes partes do mundo Atlântico e a troca de mercês estabelece vínculos entre habitantes das colônias e o poder metropo-

litano, levando à construção de identidades associadas
mas à exploração colonial, mas à condição de súditos
do rei de Portugal são exemplos dessa nova abordagem.

Um ponto interessante a se destacar é o papel exerci-
do e a atenção recebida pela África nessas relações que
compõem o mundo Atlântico. O historiador Paul E. Lovejoy
defende a importância de, ao se tratar da escravidão nas
Américas, considerar as especificidades políticas, sociais
e culturais de cada região de origem dos escravos. A
necessidade, portanto, de incorporar à história de dois
países da África. Como exemplo, ele cita os efeitos
do jihad e da expansão do Islã no continente sobre os
tráfegos de escravos no Atlântico, no início do período deno-
minador por Eric Hobsbawm de "Era das Revoluções".

③ O período entre 1945 e 1964 foi marcado por grande efer-
vescência cultural e por forte vinculação dessa produção à
política brasileira da época. O Cinema Novo, movimento
surgido entre a segunda metade da década de 1950 e a
primeira metade da de 1960 é sintomático da vinculação
entre cultura e política nesse período. Seus participantes
se encontravam imbuídos de valores revolucionários,
sendo alguns deles ligados ao Partido Comunista do Brasil
(PCB); seus filmes refletiam esses valores, denunciando
a exploração do homem no campo e nas cidades bra-
sileiras, buscando por vezes conscientizá-los dessa con-
dição de explorados, ao mesmo tempo que rompiam
com padrões estéticos clássicos, conservadores, firmam-
do-se como exemplos de um cinema radicalmente
moderno.

A compreensão das relações entre cultura e movimentos sociais no período que vai de 1945 a 1964 através do olhar do Cinema Novo pode ser um exercício investigativo na educação básica. O percurso teria início com a apresentação da visão do "homem do povo" presente no movimento, por meio de exibição e debate do curta-metragem "Pedreira de São Diego", dirigido por Leon Hirszman. Nesse filme, produzido em parceria com o Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC/UNE), é visível a representação dos três balbadores de uma pedreira como explorados por seu patrão, até que, ao se unirem a moradores de uma favela à beira da pedreira, eles conseguem interromper o empreendimento que desalojaria esses últimos.

Como contraponto a essa visão otimista do trabalho do Cinema Novo, seria interessante exibir e debater um segmento do longa-metragem "Terra em Trânsito", dirigido por Glauber Rocha, no qual lideranças populares celebradas, em atos carnavalescos, a candidatura de um político "populista" bastante semelhante a João Goulart. Nesse filme será possível visualizar tanto algumas das relações existentes entre movimentos sociais e políticos no período entre 1945 e 1964, quanto o impacto do golpe civil-militar sobre o Cinema Novo, que passa de uma representação bem menos otimista dos trabalhadores.

Além disso, esse tipo de abordagem permite o contato de alunos da educação básica com parte importante da história do cinema brasileiro e o "treinamento" de seu olhar para os filmes, percebendo como elementos de linguagem constroem significados políticos.